



Conexões entre os fundamentos microeconômicos do turismo, desenvolvimento local e o município de Ponta Porã/MS.

RESUMO: O turismo é uma oportunidade econômica e de desenvolvimento local. O município de Ponta Porã, localizado na região sul e fronteira de Mato Grosso do Sul com o município paraguaio especializado no turismo de compras, Pedro Juan Caballero, indica um potencial e possibilidades turísticas (como histórico e gastronômico). Neste cenário está pautado o objetivo geral da presente pesquisa: relacionar a microeconomia do turismo com a perspectiva do desenvolvimento local em Ponta Porã. A partir de pesquisa teórica e empírica, a principal conclusão possibilitada pela pesquisa indica que Ponta Porã, apesar de seu potencial turístico histórico e cultural, não possui um planejamento público nem privado para fomentar o turismo do município.

PALAVRAS-CHAVE: fatores de produção; potencialidade turística; alternativa de desenvolvimento.

ABSTRACT: Tourism is an economic opportunity and local development. The municipality of Ponta Porã, located in the south and border region of Mato Grosso do Sul with the Paraguayan municipality specializing in shopping tourism, Pedro Juan Caballero, indicates potential and tourist possibilities (such as historical and gastronomic). In this scenario the general objective of the present research is guided: to relate the microeconomics of the tourism with the perspective of the local development in Ponta Porã. From theoretical and empirical research, the main conclusion made possible by the research indicates that Ponta Porã, despite its historical and cultural touristic potential, does not have a public or private planning to foment the tourism of the municipality.

KEYWORDS: factors of production; tourism potential; alternative development.

1. INTRODUÇÃO

O território de Ponta Porã é visto com potencial turístico tendo em vista o capital cultural (gastronomia, música, artesanato, erva-mate) e histórico não explorados (já foi território federal, o fim da Guerra do Paraguai ocorreu nas proximidades, possui vários equipamentos urbanos históricos como Museu da Erva Mate e o Castelinho) (BAPTSTA, 2016).

O território em questão está localizado na faixa de fronteira internacional de Mato Grosso do Sul com o Paraguai e é um dos cinco municípios com melhores indicadores econômicos. Esta faixa de fronteira é bem específica porque está marcada pela condição de contiguidade (cidades-gêmeas) com o município paraguaio de Pedro Juan Caballero. Possui uma população estimada em aproximadamente 85 mil habitantes) e de acordo com os últimos dados da Gobernación del Departamento de Amambay, a cidade de Pedro Juan Caballero (capital do Departamento de Amambay) possui em



torno de 140 mil habitantes. A base econômica local pauta-se na agropecuária (do lado brasileiro) e no turismo de compras (do lado paraguaio).

De acordo com Martins (2007), esse território recebe um grande fluxo de turistas em busca da compra de produtos importados, de modo que a fronteira em si não é a principal atração para o turismo, mas sim, as atividades em seu entorno. Portanto, o turismo de compras neste território é consequência dessa condição de fronteira uma vez que o país vizinho possui legislação e tributação que favorecem a atividade reexportadora¹ em suas cidades fronteiriças (como é o caso de Pedro Juan Caballero e Ciudad del Este).

Martins e Banducci (2008) descrevem que entre outros fatores, o aumento de visitantes estrangeiros possibilitou um processo de consolidação gradativa da atividade turística, formando-se um território turístico. Sendo assim, o fluxo turístico no segmento de compras traz impactos diretos ao município de Ponta Porã, fazendo com que sejam necessários investimentos em infraestrutura turística e de apoio voltados tanto para o atendimento de visitantes quanto da comunidade local. São as chamadas externalidades que podem ser negativas como positivas.

É neste contexto que o objetivo geral proposto corresponde à investigação da relação entre os elementos microeconômicos do turismo e o território de Ponta Porã no sentido de apreender os limites e as potencialidades turísticas a partir da especificidade fronteiriça. De modo específico, foram estabelecidos os seguintes objetivos: a) discutir os fundamentos microeconômicos do turismo a luz das premissas do desenvolvimento local, b) analisar de que maneira o turismo está contemplado no planejamento público municipal.

A metodologia adotada na presente pesquisa pautou-se na revisão teórica (pesquisa em artigos, teses, dissertações, entre outros) e na pesquisa empírica exploratória e de observação. Nessa perspectiva, esta se caracteriza enquanto uma pesquisa qualitativa uma vez que permite a percepção dos entrevistados, de maneira a expor seus pensamentos, experiências e problemáticas em relação à gestão: “A pesquisa

¹ Refere-se à entrada de mercadorias em um país produzidas em outro com o objetivo de serem vendidas ao exterior independente da ocorrência do processo de transformação ou não dessa mercadoria no país que importou. Portanto, a reexportação corresponde ao processo de entrada de bens finalizados ou não num determinado país com destino a um terceiro país, logo não se destina ao mercado consumidor interno do país importador.



quantitativa lida com números, usa modelos estatísticos para explicar os dados, e é considerada hard”. [...]. Em contraste, a pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais, e é considerada pesquisa soft (Bauer & Gaskell, 2008, pp.22-23). A seleção do referencial teórico buscou identificar os conceitos centrais e diretamente relacionados aos fundamentos microeconômicos do turismo e ao desenvolvimento local. A pesquisa teórica, portanto contou com a revisão de materiais bibliográficos e documentais, entre eles, publicações, artigos, livros, relatórios, dissertações que versam sobre o turismo cuja temática ou contribuição para este trabalho foram identificadas como significativas. A pesquisa empírica centrou-se na realização de entrevista, guiada por um roteiro de perguntas semiestruturado junto aos responsáveis pelo planejamento público municipal em Ponta Porã e a instância privada bem como a coleta de dados junto às fontes oficiais (documentos e legislações).

2. OS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS: DA MICROECONOMIA DO TURISMO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

As próximas páginas tentam contemplar o primeiro objetivo específico. Portanto, é preciso relacionar os conceitos fundamentais atinentes à dinâmica microeconômica do turismo e discuti-los na perspectiva do desenvolvimento local.

2.1 Conceitos fundamentais da dinâmica do turismo

O turismo representa um conjunto de atividades produtivas que envolve diferentes setores econômicos de um país ou uma região através de uma dinâmica pautada na interdependência estrutural com as demais atividades, em maior grau e intensidade que qualquer outra atividade produtiva.

Para alguns teóricos, o turismo pertence ao setor terciário; para outros deve ser classificado enquanto componente do setor secundário haja vista que sua cadeia produtiva pode ser qualificada como indústria do turismo. A ideia de indústria do turismo deriva do entendimento de que nele existe um processo de transformação de matérias-primas para a elaboração de produtos que são comercializados e consumidos no mercado. A matéria-prima é constituída pelos recursos naturais ou culturais que



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

sofrem uma transformação antes se serem introduzidos no circuito econômico. Na mesma direção "Se trata de um conjunto de atividades que têm por objetivo a exploração das riquezas turísticas bem como a transformação dos recursos humanos, do capital e das matérias-primas em serviços e produtos" (Lanquar 1974, apud Lemos, 2001, p.10).

Para alguns, o turismo é mera atividade econômica, para outros é um processo social complexo e dinâmico. Nesta discussão, destaca-se o argumento de que para entender o turismo não é preciso invalidar o uso de variáveis econômicas, tais como emprego, taxa de câmbio, renda, mas sim, que se deve avançar na construção de um escopo próprio para a análise destas variáveis. Muitos países têm na atividade turística, não mais uma atividade complementar, mas sua principal fonte de renda, emprego e bem-estar social.

A partir destes elementos, é possível compreender a conformação do mercado turístico que corresponde a uma rede de informações que permite aos agentes econômicos (ofertantes e turistas) tomarem decisões para resolverem os problemas econômicos fundamentais (o que, como, quanto e para quem ofertar bens e serviços). Desta forma, o mercado turístico direto relaciona-se a oferta e demanda de bens e serviços diretamente relacionados ao turismo (excursões, pacotes de turismo, tours) e o indireto à oferta e demanda de bens e serviços que não são exclusivos do turismo "stricto sensu" (transporte, alojamentos, restaurantes).

Embora a finalidade do turismo possa corresponder a motivações diversas (férias, descanso, negócios, estudos, saúde, contemplação da natureza, compras, esportes, conferências, entre outros) existem fatores básicos e prioritários que conformam um mercado turístico: a existência de atrativos, infraestrutura, conjunto de condições sociais e políticas, prestígio e atração turística permanente, apropriada rede de comercialização de bens e serviços turísticos, adaptação dos meios de transporte as novas exigências da demanda potencial e real, e planejamento contínuo e campanhas de promoção, propaganda e marketing.

Para além dos elementos básicos para existência de mercado turístico (como preço, liberdade e heterogeneidade), a segmentação do mercado consumidor é significativamente distinta (geográfico, demográfico, psicográfico, econômico e social).



2.2 Os Fatores de Produção e sua relação com oferta e demanda turística.

Os fatores de produção correspondem aos elementos necessários para a realização de atividades produtivas e correspondem a terra, trabalho, tecnologia, capital e capacidade empreendedora.

A terra também denominada de fator originário corresponde ao ambiente natural, a superfície do solo, riquezas do subsolo, portanto, todos os recursos da natureza (matérias-primas, energia, vias navegáveis, espaço habitável, cultivável e explorável) porém possui limite físico de produção. A produção econômica depende dos recursos naturais de cada região e do ambiente climático que facilitam o trabalho.

O trabalho corresponde ao fator humano ativo e dinâmico na produção; é o desenvolvimento ordenado das energias humanas (psíquicas ou físicas) dirigido para um sentido econômico, ordenado e regular. Corresponde ao trabalho físico ou manual, trabalho de invenção ou intelectual, trabalho de direção ou de organização, trabalho qualificado e não-qualificado. Está relacionado à produtividade que depende da combinação com os demais elementos (natureza e capital).

O capital, fator derivado, refere-se a todos os bens e serviços que geram outros bens e serviços; à infraestrutura econômica e social, construções e edificações, máquinas equipamentos, instrumentos e ferramentas. É a denominação coletiva para os bens resultantes da cooperação anterior da terra e mão-de-obra e conjunto de meios de produção para obtenção de novas riquezas.

A tecnologia, por sua vez, corresponde ao conjunto de conhecimentos e habilidades, é o recurso responsável pela inter-relação com outros recursos de produção. É o saber fazer e a capacitação para desenvolver e implantar projetos, novos processos e novos produtos, da invenção à inovação.

A capacidade empreendedora pressupõe a capacidade de organizar a produção, congregando os fatores produtivos, identificar nichos de mercado e oportunidades de negócios. Suas palavras-chaves são: visão estratégica e espírito inovador.

Todos os fatores de produção são essenciais e para o turismo é correto afirmar que a capacidade empreendedora e criativa se torna ainda mais relevante diante da necessidade de diferenciação do produto turístico num mercado que tem se mostrado muito competitivo tanto para as médias e grandes empresas do setor como para as de



menor porte. Para compreender essa relevancia, destacam-se os elementos centrais da oferta e demanda turística.

A oferta pode ser definida como a quantidade de bens e serviços que os produtores desejam vender por dado preço e um dado período de tempo. No turismo, podem-se considerar todos os produtos que são colocados à disposição dos turistas pelas várias empresas que atuam na área. Entende-se que o produto turístico é um bem de consumo final e que não atende as necessidades básicas (bens de primeira necessidade). Sua produção e consumo diferenciam-se de outras atividades econômicas pelo fato de que se produz e se consome simultaneamente fazendo com que o consumidor (turista) tenha que se deslocar para o lugar onde é produzido.

A demanda turística pode ser interpretada como a quantidade de bens e serviços turísticos que os consumidores desejam e estão dispostos a adquirir por um dado preço e em um dado período de tempo. Logo, a variável renda e poder aquisitivo é essencial.

A conexão entre a oferta e demanda do produto turístico está nas contribuições de Lage e Milone (2001), para os quais o mercado turístico pode ser considerado uma rede de informações que permite aos agentes econômicos – consumidores (turistas) e produtores no (empresas de turismo) tomarem decisões para resolverem os problemas econômicos fundamentais do setor. A partir do momento em que existe procura por atrativos turísticos ou atividade turística existe a produção da oferta de maneira a atender o consumidor. Neste sentido e corroborando, Ignarra (2003) afirma que a demanda é influenciada tanto pelos preços dos produtos como pela existência de produtos concorrentes, produtos complementares, renda, disponibilidade de tempo livre e condições climáticas, por exemplo. Portanto, decorrem das possíveis combinações dos fatores de produção disponíveis.

De um modo sintético, a oferta turística tem por características: a extrema rigidez (finalidade específica), intangibilidade (o produto é “imaginário”), imobilidade, impossibilidade de estocagem e extrema competitividade (por não ser bem de primeira necessidade).

Os fatores que influenciam a oferta turística são essencialmente: o preço do produto turístico, o preço de outros bens e serviços, o preço dos fatores de produção e nível do avanço tecnológico. Por outro lado, a demanda turística é muito sensível às



condições econômicas haja vista se tratar de um produto não essencial, não é um bem ou serviço de primeira necessidade. Desta forma, os fatores que influenciam a demanda turística ou o consumidor turístico são: preços dos produtos turísticos, preços de outros bens e serviços, nível de renda dos turistas e gastos dos turistas. Logo, é essencial a capacidade de adaptação da oferta em relação as flutuações da demanda. Eis que para isto é determinante a capacidade empreendedora.

Ou seja, o produto turístico pressupõe a combinação de fatores produtivos que devem ser planejados e organizados pela iniciativa privada como pela iniciativa pública tanto no que se refere aos atrativos turísticos (recursos naturais, histórico-culturais, realizações técnicas e científicas, acontecimentos programados), aos equipamentos e serviços turísticos (meios de hospedagem, serviços de alimentação, entretenimentos, operadoras e agências, postos de informação, locadora de veículos) como e principalmente a infraestrutura de apoio turística (sistema de transporte, de comunicações, médico e hospitalares, segurança).

Tendo em vista todos estes elementos, fica evidente a importância de conhecer a dinâmica complexa do turismo de modo a promover a geração de renda e oportunidades de negócio, aumento do bem estar da população, competição e eficiência no mercado, formação de redes e valorização do capital social. Logo, o planejamento voltado para o fomento da atividade enquanto promotor do desenvolvimento local.

2.3 A perspectiva do desenvolvimento local para o turismo

É a partir dessa premissa de atuação conjunta da iniciativa privada e pública na promoção do turismo que se propõe a reflexão em torno da possibilidade e alternativa de desenvolvimento local.

Ao termo desenvolvimento são direcionados distintos significados e adjetivos (econômico, regional, sustentável, endógeno, territorial, local) compreensíveis na perspectiva da evolução do debate (não é objetivo deste trabalho fazer esse resgate)². A escolha da ênfase no conceito de desenvolvimento local (aqui entendido como sinônimo de endógeno) justifica-se por sua capacidade explicativa do objeto em questão (a

² Sugere-se a leitura de: ENRÍQUEZ, Maria Amélia. Trajetórias do Desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.



microeconomia do turismo numa realidade muito específica como a do município de Ponta Porã).

Para Muls (2008) é urgente outras formas de intervenção em prol do desenvolvimento para além da estatal e do mercado: os atores locais devem, por meio de redes, promoverem a cooperação entre empresas num mesmo território. É preciso compatibilizar um conjunto de comportamentos simultâneos nas distintas esferas da sociedade que são regidos por motivações e lógicas distintas já que os fatores econômicos tradicionais não são mais suficientes para determinar a trajetória do crescimento econômico. O autor define território enquanto um construto sócio-econômico e institucional, portanto, as relações sociais, as regras, normas e símbolos da comunidade não podem ser negligenciados na perspectiva do desenvolvimento local.

Para a promoção do desenvolvimento local, Muls (2008) adiciona a importância do capital social para a formação de redes entre os atores locais (poder público local, empresas, sociedade civil) a partir de relações sinérgicas capazes de dar respostas autônomas aos desafios impostos pela nova dinâmica competitiva global. É a imbricação entre os agentes públicos e atores da sociedade civil que promove a efetiva atuação no sentido de atender aos anseios de uma determinada localidade criando redes de confiança e parcerias (laços de solidariedade e ação social).

Entretanto, o universo das instituições locais não é constituído apenas por organismos e associações formais. Existe toda uma gama de relações e redes informais que também fazem parte do universo de instituições locais, podendo se constituir, inclusive, em formas latentes de capital social. (MULS, 2008, p. 18)

É a “argamassa” social que define as relações sinérgicas, ou seja, o capital social enquanto elemento central para o desenvolvimento local.

Outro teórico da temática cuja tese é convergente com a perspectiva apresentada destaca a política econômica local que promove o desenvolvimento local/endógeno. Esta pressupõe uma abordagem “de baixo para cima” da política de desenvolvimento. Ou seja, de forma descentralizada e a partir das demandas locais. Para Barquero (2001) os fatores que formam um sistema que permite aumentar o efeito de cada um no processo de acumulação e crescimento econômico são: as inovações e a difusão do conhecimento; flexibilidade e complexidade institucional; desenvolvimento



urbano do território; organização flexível da produção e políticas específicas. É a atuação combinada desses elementos que gerará um círculo virtuoso ou vicioso.

“Em suma, o desenvolvimento endógeno pode ser visto como um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento que leva à melhoria do nível de vida da população.” (BARQUERO: 2001, p.41)

O paradigma proposto pela Teoria do Desenvolvimento Endógeno decorre do sistema produtivo se expandir e se transformar pela utilização do potencial de desenvolvimento existente no território mediante investimentos realizados por empresas e agentes públicos e sob o crescente controle da comunidade local.

3 O PLANEJAMENTO PÚBLICO E PRIVADO DO TURISMO EM PONTA PORÃ

A temática do planejamento do turismo em Mato Grosso do Sul tem sido objeto de várias pesquisas com diferentes enfoques e abordagens teóricas (entre os mais recentes e específicos, destacam-se GRECHI, 2011; PEREIRA, 2016; BAPTISTA, 2016;). Em maior ou menor medida, todos os trabalhos resgatam a evolução do planejamento público estadual para o fomento da atividade turística.

Especificamente sobre o turismo no município de Ponta Porã, Baptista, Pereira e Sonaglio (2016) dissertaram sobre a dinâmica do turismo neste território. A partir da descrição da infraestrutura existente (desde leitos, restaurantes, aeroporto) e dos atrativos históricos e de eventos, concluem pela viabilidade de arranjos produtivos locais voltados ao fomento da atividade turística. Este diagnóstico foi motivador para a proposta presente haja vista que se já existem estudos técnicos e científicos indicando a viabilidade de um desenvolvimento alternativo (a partir de uma atividade que possibilita, entre outras vantagens geração de renda de modo alternativo, emprego de mão de obra com qualificações distintas, empreendimentos de pequeno porte) tornou-se relevante apreender se essa conclusão também é compartilhada pelo setor público municipal e setor privado.



3.1 Os agentes privados e a atuação pública

Para tanto e do ponto de vista da metodologia empírica, foram programadas duas entrevistas de natureza qualitativa com um roteiro semiestruturado (anexo) a serem realizadas junto ao representante da iniciativa privada e pública. A Associação Comercial de Ponta Porã foi selecionada para representar a iniciativa privada. Contudo, quando da visita para a realização da entrevista, recebeu-se a orientação de entrevistar um empresário brasileiro que atua do lado do Paraguai. Logo, a entrevista não foi realizada porque a intenção era avaliar a percepção do empresariado que atua do lado brasileiro. Essa situação apenas confirmou o diagnóstico presente em outro trabalho.

Lamberti e Gonçalves (2017), a partir de pesquisa empírica junto aos empresários do ramo hoteleiro de Ponta Porã, diagnosticaram que de maneira geral, as empresas diretamente vinculadas ao turismo (como rede hoteleira e restaurantes) não participam de nenhuma forma de associativismo ou ações conjuntas. Alguns hotéis participavam em períodos anteriores do projeto Ponta Porã sem Fronteiras e do Convention & Visitors Bureau. Contudo, esta realidade mudou a partir de 2015. Até 2015 algumas ações em prol do turismo foram fomentadas como o “MS SEM FRONTEIRAS” (iniciativa conjunta do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, do Brasil, da Fundación Cird do Paraguai e da Fundación Trabajo e Empresa da Bolívia, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID). Este projeto tinha por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico e sustentável entre os territórios, utilizando o ambiente de fronteira como uma oportunidade para a expansão produtiva e para que as instituições se fortalecessem. Para tanto, o projeto visava à realização de ações de capacitações e consultorias, entre outras, voltadas ao atendimento empresarial nas fronteiras. Como resultado o projeto alcançou o atendimento de mais de 2.500 negócios. Sua realização aconteceu entre os anos de 2011 e 2015 na fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Corumbá e Puerto Suarez (Bolívia).

A entrevista com a esfera pública ocorreu junto ao representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, pasta responsável pelas atividades econômicas (da indústria, comércio, agricultura e turismo) e do meio ambiente. A entrevista ocorreu no mês de maio de 2017, momento em que não havia um



secretario responsável pela pasta, mas o responsável interino concedeu a entrevista. Contudo, as respostas indicaram a falta de conhecimento sobre a temática de modo que se concluiu que não existem ações efetivas nem no nível das intenções para o fomento da atividade turística. A mudança recente na gestão municipal (em função das eleições municipais) indicou descontinuidade em algumas ações anteriores.

3.2 Os documentos de planejamento

Diante das dificuldades encontradas a partir das entrevistas, buscou-se investigar os documentos oficiais que obrigatoriamente devem nortear o planejamento municipal. Por isso, o Zoneamento Ecológico e Econômico de Mato Grosso do Sul (ZEE/MS) foi inserido na pesquisa em função do seu significado norteador para as ações de planejamento das diferentes realidades geoeconômicas do Estado. De acordo com documento, deve-se entender como *Zona* uma porção delimitada do território onde se materializam as malhas, se expressam as formas de utilização do solo e se estabelecem, concretamente, a relação entre as potencialidades socioeconômicas pertinentes e a vulnerabilidade natural, indicando a situação de consolidação, expansão, recuperação ou de preservação no uso do solo.

Nestas *Zonas* são descritas, ainda em termos gerais, os três tipos de diretrizes de uso do solo (Recomendadas, Recomendadas Sob Manejo Especial e Não Recomendadas) com possibilidade de orientar certificações econômicas e incentivos (públicos e privados) e licenciamentos ambientais. As *Zonas*, como definidas, organizam o uso e a ocupação do território, considerando a infraestrutura existente e projetada, as condições ambientais, socioeconômicas e culturais levantadas. Foram definidas com base em análises de estudos técnicos referentes à gestão do território e zoneamentos ambientais e geográficos existentes e nas duas Cartas: de Vulnerabilidade Natural e de Potencialidade Socioeconômica que resultaram no diagnóstico do ZEE/MS.

O município de Ponta Porã está inserido em duas zonas: a Depressão do Miranda (ZDM) e a da Serra de Maracajú (ZSM). Como no documento não consta menção sobre a condição de fronteira internacional na primeira zona, esta não será considerada para este trabalho haja vista que dá diretrizes apenas para o fomento da



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

atividade agropecuária. Contudo, a inserção do território de Ponta Porã na Zona da Serra de Maracaju indica algumas orientações acerca da condição fronteiriça e o turismo.

De acordo com o ZEE/ MS, as diretrizes de Uso do Solo indicam ser necessário o fortalecimento da estrutura urbana, em especial dos Polos de Ligação, qualificando a sua infraestrutura, equipamentos públicos e serviços básicos, visando aperfeiçoar a sua funcionalidade como irradiadora de serviços e dinamizadora do desenvolvimento regional. De modo específico, as atividades recomendadas são: a ampliação da agricultura mecanizada, com alto nível de tecnologia empregada, sem grande reestruturação fundiária; aumento sustentável da produtividade da agricultura e da agroindústria; implementação da indústria urbana de exportação, colocando-se aqui, como alternativa, a iniciativa de uma ZPE (Zona de Processamento para Exportação) em Ponta Porã, aproveitando-se a condição fronteiriça regional; consórcio rotativo da pecuária com a agricultura mecanizada produtora de grãos, possibilitando o rodízio de utilização da terra, evitando-se a redução da capacidade produtiva; implantação e fortalecimento de atividades produtivas alternativas, de âmbito local e regional, com capacidade de impulsionar a pequena propriedade pastoril e assentamentos de trabalhadores rurais; recomenda-se a utilização destas terras para silvicultura, principalmente de espécies nativas (exemplo da erva-mate) e para o fortalecimento da indústria moveleira e construção civil; fortalecer a estrutura urbana do Polo de Ligação de Ponta Porã, qualificando sua infraestrutura, equipamentos públicos e serviços básicos, visando criar condições para seu funcionamento como irradiador de serviços, destino turístico e dinamizador de políticas transfronteiriças com o Paraguai, em conjunto com os municípios da linha de fronteira da Zona Iguatemi.

Ou seja, apesar de ser feita a menção de modo breve, existe a recomendação legal por meio de documento de planejamento estadual para a conformação de um destino turístico. Entretanto, não é possível ignorar que preponderam as orientações no sentido de reforçar a atual pauta produtiva (“vocação agropecuária”) seja em nível local ou estadual. A questão que emerge de tal voca o,   que sua dinâmica tem se mostrado, ao longo da forma o econ mica do estado, concentradora de renda, fonte de gera o de desigualdades sociais, conflitos de terra. Ademais, seus atores são representantes ou influenciados por uma lógica embalada pelas empresas multinacionais e que   estranha



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

aos elementos culturais e históricos que se constituem em capital intangível e importante para o turismo.

Então, o próximo passo foi identificar em nível local como essa recomendação tem sido contemplada no planejamento municipal. Para isso, buscou-se o Plano Plurianual (PPA) vigente (LEI Nº 3.991, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013 que “Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Ponta Porã-MS, para o período de 2014/ 2017”), que estabelece:

Art. 2º - São preceitos orientadores do Plano Plurianual:

I – a necessidade de aparelhar e modernizar a Administração para o exercício de uma ação planejada e sistemática em favor do desenvolvimento do Município;

II – necessidade de ajustar as práticas e métodos de gestão aos imperativos constitucionais, em especial, àqueles que se referem à Política Urbana e a Regularidade das Finanças Públicas;

III – a importância de reconhecer e potencializar a participação da população na Gestão de Recursos, através dos conselhos municipais e das audiências públicas;

IV – Estimular a geração de trabalho e emprego em vários setores da economia local, através do incentivo empreendedorismo, a fim de promover a geração e distribuição da renda;

V – Garantir o direito humano à saúde, através da promoção de políticas públicas que efetivem o acesso universal aos serviços e ações em saúde, desenvolvidas com qualidade;

VI – Garantir o direito humano à educação, através da promoção de políticas públicas que efetivem a educação básica como mediação para a aprendizagem e o exercício da cidadania;

VII – Garantir o direito à assistência social através da promoção de política pública articulada e coordenada que promova e proteja, com prioridade, os segmentos sociais em situação de maior vulnerabilidade.

A atividade turística não é mencionada, contudo ela é capaz de contribuir no quarto objetivo estabelecido uma vez que seus fundamentos microeconômicos convergem para empreendimentos intensivos em mão de obra e de pequeno porte capazes de gerar renda e bem-estar a partir da valorização do capital cultural e histórico local.



Buscou-se junto à Câmara Municipal alguma lei de incentivo ao turismo. Não há registro.

Tendo em vista a importância de infraestrutura específica mínima voltada ao turismo, identificou-se que o município de Ponta Porã não dispõe de um Posto de Informação ao Turista (que tem por função fornecer informações turísticas, prestar serviços de viagens e dicas de atrativos turísticos, entre outros).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica econômica deste território é embalada pela agropecuária e o turismo de compras é alternativa econômica específica do lado paraguaio dessa fronteira. Portanto, o turismo de compras neste território é consequência da condição de fronteira e aspectos conjunturais uma vez que o país vizinho possui legislação e tributação que favorecem a atividade reexportadora em suas cidades fronteiriças (como é o caso de Pedro Juan Caballero e Ciudad del Este).

Os atores econômicos do lado brasileiro não percebem potencialidades neste fluxo turístico de modo a trazer-lhes oportunidades de negócios, essa é uma das razões pelo qual o turismo não é tratado de forma significativa e/ou até enquanto alternativa de renda e emprego no município. O turismo não pode ser visto de forma restrita como mera atividade econômica: é uma alternativa real e viável de desenvolvimento local. As premissas teóricas atinentes a essa nova proposta de desenvolvimento apresentam indicam que é essencial um conjunto de ações coordenadas dos atores locais. O turismo não é uma mera atividade econômica e dada sua complexidade e dinâmica requer uma política deliberada envolvendo planejamento e investimentos (não somente de capital monetário, mas intelectual, cultural e social) de médio e longo prazo. Ações descontínuas desperdiçam e atrasam a construção de uma efetiva alternativa de desenvolvimento.

De um modo geral, os fundamentos microeconômicos (terra, trabalho, tecnologia, capital e capacidade empreendedora) do turismo na fronteira de Ponta Porã estão disponíveis, mas não estão organizados de modo que não se constituem em oferta específica para o turismo. Isso quer dizer que, por exemplo, a rede hoteleira e a rede de restaurantes atendem a diferentes públicos e não necessariamente ao turista que vem à



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

fronteira para a compra de produtos importados (como por exemplo, representantes comerciais e alunos dos cursos de medicina do lado paraguaio).

Portanto, o lado brasileiro (leia-se atores públicos e privados) não tem explorado as potencialidades turísticas existentes (seja cultural, histórica, educacional). Esta conclusão inevitavelmente provoca algumas perguntas sobre as razões dessa escolha, como por exemplo: o turismo cultural, histórico não é viável? Os agentes econômicos não são empreendedores? Não há necessidade de se pensar em alternativas econômicas para este município?

Quanto aos fatores de produção direta e indiretamente necessários para o fomento turístico destaca-se que o turismo envolve empreendimentos com baixo volume de capital inicial para investimentos, portanto de pequeno porte. A mão de obra necessária requerida é tanto com baixo nível de qualificação como com maior grau (exemplo camareiras para os hotéis e turismólogos para o planejamento público e privado). A capacidade empreendedora é fundamental no segmento turístico haja vista os elementos discutidos anteriormente.

Conclui-se que a articulação entre políticas públicas e turismo é fator essencial na construção do desenvolvimento turístico, porém no caso de Ponta Porã, identificou-se uma falta de coordenação conjunta, há certo desinteresse da parte dos agentes econômicos privados e dos órgãos públicos em efetivamente realizar ações para fomentar o turismo. Logo, não há valorização do potencial cultural e histórico do lado brasileiro.

Do ponto de vista do setor público, a existência de uma Secretaria de Turismo é importante, uma vez que o turismo demanda planejamento, orçamento próprio e elaboração de uma série de instrumentos e essa gestão pública da Política Municipal de Turismo deve ser composta pela Secretaria, por um Conselho Municipal específico ao turismo (COMTUR) e por um Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) criando sinergia entre atores públicos e privados. Atualmente a estrutura administrativa municipal de Ponta Porã não dispõe de uma pasta específica para o Turismo.

Os objetivos propostos foram contemplados. De modo específico:

- a) não existe organização pública e privada dos setores relacionados ao turismo no município de Ponta Porã,
- b) o turismo está contemplado no planejamento público estadual especialmente por



meio do ZEE/MS, porém em nível municipal não há ações específicas,

c) existem potencialidades turísticas a serem fomentadas do lado brasileiro da fronteira, porém prepondera a vocação agroecuéria local.

Portanto, a análise das premissas básicas da economia do turismo e sua relação com as diretrizes públicas indicam a necessidade de ações coordenadas e convergentes entre a esfera pública e privada para que o turismo seja efetivamente uma alternativa de desenvolvimento local.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLIS, Thiago. Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 2008. Trabalho apresentado ao GT “Turismo urbano e fronteiras na América Latina” do V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Disponível em:< http://www.ucs.br/ucs/tplVSEminTur%20/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_5/trabalhos/arquivos/gt14-01.pdf> Acessado em: 20/11/2016.

ANDRADE, José Vicente. Turismo: fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 2002.

BAPTISTA, Lis T. D.; PEREIRA, Cristina H.; SONAGLIO, Cláudia M.; Dinâmica do setor turístico em Ponta Porã – MS, Brasil. Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR, Penedo, vol. 6, n.2, p. 118-137, 2016. Disponível em:< <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>> Acessado em 02/11/2016.

BAPTISTA, Lis T. D. Arranjo produtivo local de turismo em Ponta Porã-ms: uma proposta para o desenvolvimento fronteiriço. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- UEMS. Ponta Porã – MS, 2016. Disponível em: http://www.uems.br/pos_graduacao/detalhes/desenvolvimento-regional-e-de-sistemas-produtivos-ponta-pora-mestrado-academico/teses_dissertacoes.

BARRETO, Margarita. Planejamento e organização em turismo. São Paulo: Papirus, 1991.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 8 ed. São Paulo: SENAC, 2003.

BRAGA, Gustavo H. Roteiros de fronteira impulsionam o turismo no país. Ministério do Turismo. Disponível em:< <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/763-roterios-de-fronteira-impulsionam-o-turismo-no-pais.html>> Acessado em: 22/10/2016.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

DALLABRIDA, Valdir Roque. BECKER, Dinizar F. Dinâmica territorial do desenvolvimento. IN: BECKER, Dinizar F. WITTMANN, Milton Luiz (Org.). Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

Diário Oficial de Ponta Porã-MS. Disponível em: <<http://www.pontapora.ms.gov.br/diarios/2167.pdf>> Acessado em: 07/02/2017

Diário Oficial de Ponta Porã-MS. Disponível em: <<http://www.pontapora.ms.gov.br/diarios/2157.pdf>> Acessado em: 16/06/2017

DINIZ, Clelio Campolina. A busca de um projeto de nação: o papel do território e da política regional e urbana. Revista Economia, Brasília (DF), v.7, n. 4, dez/2006.

SILVA, Fabiana dos Santos; DA COSTA, Sarany Rodrigues; DE CARVALHO, Conceição de Maria Belfort. POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL: estratégias para administração da atividade no país. Disponível em: <<http://www.professores.aedb.br/seget/artigos13/36218351.pdf>>. Acesso em: 11 de Jul. 2017.

DOS SANTOS, Saulo Ribeiro; GOMES, Cristiane Mesquita. POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoF/0454da5b96ea8e5e76bbSaulo_Cristiane.pdf>. Acesso em: 11 de Jul. 2017.

EDELWEISS, Carla P; JUNIOR, Gil S.; AZEVEDO, Patrícia; Desenvolvimento local sustentável: estudo de caso – Ponta Porã – MS, Brasil. Revista Convention & Visitors Bureau. vol.11, 2014. Disponível em: <www.aliancaspUBLICOPRIVADAS.org.br> Acessado em: 15/02/2017.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. Trajetórias do Desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

GOHR, Cláudia F; SANTOS, Luciano C; VEIGA, Mariana F; A informação como um elemento chave para a qualidade do produto turístico: uma análise dos postos de informações turísticas do município de Florianópolis/SC. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n2/v14n2a12.pdf>> Acessado em: 27/12/2016.

GRECHI, Doris C. O Desenvolvimento Turístico sob a Ótica da Economia Institucional: uma análise do caso de Bonito-MS. 2011. Tese de Pós Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS. Porto Alegre – RS, 2011.

IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do turismo, 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. Economia do turismo. Editora Atlas SA, 2001.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

LAMBERTI, Eliana; MARTINS, Patrícia C. S.; OLIVEIRA, Tito Carlos. M. Aspectos urbanos e socioeconômicos em região de fronteira: o caso de Ponta Porã/ MS. Julho 2006. Disponível em:

<http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/senior/RESUMOS/resumo_184.html>. Acesso em: 29/07/17.

LAMBERTI, Eliana; GONÇALVES, Lilian R. R. A rede hoteleira e o turismo em Ponta Porã-MS/BR. IN: GRECHI, Doris Cristina. LAMBERTI, Eliana. LUNAS, José Roberto da Silva (org.). Planejamento e Gestão do Turismo sob a perspectiva do público e do privado. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

LAMBERTI, Eliana; MARTINS, Patrícia C. S. Reexportação e turismo de compras na fronteira: o caso das cidades-gêmeas Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Ponta Porã (Brasil). Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2010.

LAMBERTI, Eliana; MARTINS, Patrícia C. S. Turismo e paradiplomacia nas cidades-gêmeas de Ponta Porã/MS (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). IN: TELES, Reinaldo Miranda de Sá. DE PIERI, Vitor Stuart Gabriel (Org.). Turismo e paradiplomacia das cidades: o local no diálogo com o global. Rio de Janeiro: Centro de Estudos em geopolítica e relações internacionais/ Cenegri, 2014.

LEMOS, Leandro de. O valor turístico: (re) definindo a economia do turismo. Barreto, M.; REJOWSKI, M. Turismo: interfaces, desafios e incertezas. Caxias do Sul: EducS, 2001.

MARTINS, P. C. S. A formação do território turístico de Pedro Juan Caballero (Paraguai). Aquidauana: UFMS, 2007.

MARTINS, Patrícia C.; BANDUCCI JR, Álvaro. Turismo de Compras: o território fronteiriço de Pedro Juan Caballero/PY: Breves Considerações. Anais. In: V Seminário de Pesquisa em turismo do MERCOSUL. Caxias do Sul – RS, 2008. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tplVSEminTur%20/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_5/trabalhos/arquivos/gt14-07.pdf. Acessado em 29/07/2017.

MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Informações Turísticas. Disponível em:<<http://www.turismo.ms.gov.br/informacoes-turisticas/>> Acessado em: 07/01/2017.

MATO GROSSO DO SUL. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://193.43.36.109/docs/pdf/bra116233AnnexI.pdf>> Acessado em: 19/06/2017

MULS, Leonardo Marcos. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. Revista EconomiA, Brasília (DF), v.9 , n. 1, jan-abril/2008.

PALOMO, Manuel Figuerola. Teoría económica del turismo. Alianza Editorial, 1985.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

PEREIRA, Cristina H. O Desenvolvimento e o Planejamento do Turismo em Mato Grosso do Sul. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- UEMS. Ponta Porã – MS, 2016. Disponível em: http://www.uems.br/pos_graduacao/detalhes/desenvolvimento-regional-e-de-sistemas-productivos-ponta-pora-mestrado-academico/teses_dissertacoes.

SANCHO, Amparo. Introdução ao turismo. São Paulo: Roca, 2001.

SILVA, Jorge A. S. "O Turismo: Uma Atividade Econômica? Análises de um caso paradigmático" em Contribuições a Economia, maio 2005. Disponível em: <<http://www.eumed.net/ce/2005/jass-tur.htm>> Acessado em: 17/10/2016.

SOLHA, Karina Toledo. Política de turismo: desenvolvimento e implementação. In: RUSCHMANN, Doris ; SOLHA, Karina Toledo (Org.) Planejamento turístico. Barueri, SP: Manole, 2006.

TRIBE, John. Economia do lazer e do turismo. 1.ed. São Paulo: Manole, 2003.



ANEXO 1

Roteiro de Entrevistas

Representante do setor privado: _____

Representante do setor público: _____

1. Quais são os tipos/segmentos de turismo existentes no município de Ponta Porã?
() de compras () de negócios () de eventos () ecoturismo/turismo rural
() histórico e cultural () gastronômico
2. Que tipos de turismo poderiam ser fomentados no município?
() de compras () de negócios () de eventos () ecoturismo/turismo rural
() histórico e cultural () gastronômico
3. Existe um planejamento público para o turismo no município de Ponta Porã?
() não () sim. Qual setor/órgão é responsável? Por meio de quais documentos e ações esse planejamento é efetivado?

4. Existe um planejamento privado para o turismo no município de Ponta Porã?
() não () sim. Como ele ocorre?

5. Existe algum tipo de planejamento comum entre a administração municipal de Ponta Porã e de Pedro Juan Caballero em relação ao turismo?
() não () sim. Como ele ocorre?

6. Existe algum incentivo público municipal para as empresas relacionadas ao turismo de Ponta Porã?
() não () sim. Qual?

7. Existem dados sobre o turismo local (empresas, empregos gerados, número de visitantes)?
() não () sim. Quais e como são disponibilizados?

8. A atividade turística é importante para o crescimento/desenvolvimento econômico local?
() não () sim. Por que?

9. Quais são os pontos fortes e frágeis do turismo de Ponta Porã?
10. O que poderia ser feito para fomentar o turismo em Ponta Porã?
11. Quem deveria fazer algo no sentido de promover o turismo local?